



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 104ª reunião, realizada em 20 de dezembro de 2017

1 Em 20 de dezembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a
2 Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sala 3 do 3º
4 Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, Rua Pedro Duarte, s/n,
5 Romana, Diamantina/Minas Gerais. Participaram os seguintes
6 membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Eliana Piedade
7 Alves Machado, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
8 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); **Representantes do Poder**
9 **Público:** Claudete Maria Souza e Costa, da Secretaria de
10 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Vilson José de
11 Amorim, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração
12 Regional (SECIR); Tamara Marques Veríssimo, da Secretaria de
13 Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de
14 Minas Gerais (SEDINOR); Luiz Fernando Alves da Silveira, da
15 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP);
16 Henrique Moreira de Melo Silva, do Ministério Público do Estado de
17 Minas Gerais (MPMG); 2º Sgt. PM Lidnalvo Pereira da Silva, da
18 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carla Fernanda de Araújo,
19 da Prefeitura do Município-sede da URC/JEQ; Jadir Vieira da Silva,
20 do Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH - Rio Araçuaí - JQ2;
21 **Representantes da Sociedade Civil:** Ézio Darioli, da Federação
22 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Guilherme
23 Coelho Neves, da Federação das Associações Comerciais e
24 Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Márcia
25 Elisa Rocha Santos, do Conselho Municipal de Meio Ambiente -
26 CODEMA de Diamantina/MG; Alex Mendes Santos, da Caminhos
27 da Serra – Ambiente, Educação e Cidadania; Carlos Eduardo
28 Teixeira Nery, da Sociedade dos Amigos do Tabuleiro; Silvana
29 Regina Paslauski, da Universidade do Estado de Minas Gerais
30 (UEMG); Emerson Sales Pereira, do Conselho Regional de
31 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Soraya de
32 Carvalho Neves, da Universidade Federal dos Vales do
33 Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Presidente Eliana Piedade Alves
34 Machado: “Boa tarde a todos, declaro aberta 104ª Reunião
35 Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.
36 Convido a todos a se posicionarem para a execução do Hino
37 Nacional Brasileiro.” **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**

38 **HINO NACIONAL BRASILEIRO. 2) ABERTURA.** Presidente Eliana
39 Piedade Alves Machado: “Bom Conselheiros e Conselheiras, em
40 nome do Subsecretário de Gestão Regional e Presidente dessa
41 Unidade Regional Colegiada Diogo Soares de Melo Franco, eu
42 cumprimento a todos vocês manifestando aqui a minha grata
43 satisfação de poder retornar a esse Conselho, revendo aí, tendo a
44 oportunidade de rever Conselheiros, os primórdios da URC, Soraya,
45 Silvana, é um prazer ter dois Conselheiros novatos. Quer dizer,
46 novatos para mim, eu não os conheço. Então eu sou Eliana,
47 funcionária e servidora do Instituto Estadual de Florestas, lotada
48 aqui em Diamantina na Unidade Regional Alto Jequitinhonha. Eu
49 vou ler para os senhores o memorando da Subsecretaria de Gestão
50 Regional nº 212/2017, Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2017.
51 ‘Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de
52 comparecimento do titular e 1º suplentes representantes da SEMAD
53 junta a Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha – URC/JEQ,
54 conforme composição estabelecida pela deliberação COPAM nº
55 991/2016, indico a senhora Eliana Piedade Alves Machado, do
56 Instituto Estadual de Florestas, para presidir a 104ª Reunião
57 Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, que
58 será realizada no dia 20 de dezembro às 13:30 no município de
59 Diamantina. Atenciosamente, Diogo Soares de Melo Franco,
60 Subsecretário de Gestão Regional da SEMAD e Presidente dessa
61 URC.’ Então vamos então ao item 3 da pauta Comunicado dos
62 Conselheiros e Assuntos Gerais.” **3. Comunicado dos**
63 **Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conselheiro Alex Mendes
64 Santos: “Boa tarde. Bom, em primeiro lugar eu gostaria de solicitar,
65 apesar de ter a Secretaria informado que nesse tipo de
66 apresentação do desempenho da documentação para remeter para
67 a gente, eu gostaria de verificar se nas próximas a gente poderia ter
68 um acesso anterior a apresentação, para que a gente possa estudar
69 e saber sobre mudanças, conteúdos. Então é uma solicitação. O
70 segundo ponto é informar que a Caminhos da Serra, a instituição a
71 qual pertencço e represento aqui, a gente terminou uns estudos
72 tomando como base a bacia do Paraúna através de uma expedição
73 que durou 3 meses de estudos e levantamento da região. E aí eu
74 gostaria de primeiro eu desejo apresentar vários de vocês aqui do
75 COPAM, das universidades, a própria SUPRAM, IEF, porque são
76 várias considerações e a gente deseja não ficar só no levantamento
77 das informações, então a gente acabou, após a expedição nesse
78 final de semana fazendo uma série de ações tomando como base
79 Gouveia, a gente vai mediante os problemas que a gente conseguiu
80 levantar e as soluções, a gente vai tentar fazer algumas ações em

81 Gouveia e tentar conseguir com os outros municípios também
82 consigam fazer. E assim, tem muitos alarmantes, a gente está muito
83 preocupado com a situação. Na última expedição a gente fez a 5
84 anos atrás, foi a segunda, essa é a terceira, e as cidades alteraram
85 muito, a começar por mudança de vento, de sentido de vento nos
86 últimos 10 anos, questão da vazão do rio, a gente já conclui que o
87 Paraúna é um afluente do Cipó e não ao contrário, isso dá uma
88 briga boa, porque recursos hídricos se trabalha como Paraúna e
89 Cipó como afluente. Então para gente isso muda muito, porque o
90 Cipó é um rio protegido pelo Estado. E também muda muito a forma
91 de atuação quando a gente considera a bacia como um instrumento
92 de gestão e de administração. Então é uma das coisas que a gente
93 quer trazer a essa SUPRAM para ser levado aos órgãos
94 competentes. A gente pretende um auxílio tanto aqui da SUPRAM
95 quanto da universidade, do Núcleo de Espeleologia, para nos dar
96 um treinamento sobre cavidades, como que a gente pode estar
97 avaliando, fotografando, triando, registrando, porque essa é uma
98 das formas da gente proteger os locais. Outorgas, a gente tem lá
99 umas 12 só e a gente viu que a vazão do rio é muito baixa por
100 causa da captação e uma delas sem a outorga. Da mesma forma,
101 vários empreendimentos não autorizados pelo mapa que a gente
102 construiu. Então são uma série de fatores que a gente precisa, a
103 gente gostaria de apresentar para vocês, talvez na próxima reunião,
104 a gente ter um tempo para fazer essa apresentação, posteriormente
105 a gente discutir possibilidades de trabalhos em parceria. A gente
106 precisa dar uma continuidade. Por exemplo, Congonhas, até eu
107 gostaria depois de pegar o contato de vocês da ANA, que eu
108 gostaria de verificar, porque vocês têm muitas atuações ali, muitas
109 unidades de conservação que vocês estão criando ali em
110 Congonhas, não é isso? Naquela região, na borda ali também das
111 nascentes do Paraúna, então eu queira verificar com vocês sobre
112 esse aspecto aí, porque Congonhas para gente lá foi considerada
113 assim com o menor IDH da região, mas também o que está mais,
114 em termos ambientais, mais conservado e com índice de
115 degradação menor durante os anos, então isso para a gente é
116 importante, porque a gente quer também ao invés de ficar só
117 tratando de doente em fase terminal é tentar não deixar quem está
118 saldável ficar doente, não é? Então eu gostaria de contar com o
119 apoio de vocês, colegas aqui do Conselho, as instituições presentes
120 para a gente poder estar discutindo e vocês nos ajudarem nesse
121 processo, a parte ali da Escola de Direito, eu acho fundamental
122 nesse processo, principalmente nessas mudanças junto ao Estado,
123 Ministério Público, também. É isso. Obrigado.” Conselheira Soraya

124 de Carvalho Neves: “Boa tarde a todos. Queria parabenizar o Alex,
125 a ONG Caminhos da Serra, pela iniciativa da expedição ao
126 Paraúna, isso realmente é muito importante que a gente tenha
127 ações dessa forma para poder quantificar o quanto está degradada,
128 quais as partes que estão conservadas, qual as partes que estão...
129 uma avaliação da bacia como um todo. Como você citou a
130 universidade eu queria falar que a gente está à disposição, o
131 CEGEO não só na parte de Espeleologia, mas a gente tem
132 laboratório geoquímico ambiental que pode fazer análise de água,
133 análise de solo, sedimentos de corrente, onde a gente vai realmente
134 avaliar o nível de preservação ou degradação da bacia. É um
135 projeto muito interessante, principalmente, no tópico de recursos
136 hídricos, que é muito importante. Então falar que a gente está à
137 disposição e que vocês estão de parabéns. Eu vi nas postagens do
138 grupo, a gente tem um grupo do Fórum de Incêndios, então durante
139 o ano o Alex foi postando as fotos, discutindo a situação da bacia e
140 do rio em alguns trechos. E isso é muito interessante para a gente
141 poder trabalhar justamente a recuperação das áreas que já estão
142 degradadas e preservação das que tem que ser preservadas. Então
143 estamos à disposição, tá. Muito obrigada.” Conselheira Silvana
144 Regina Paslauski: “Da mesma quero parabenizar Alex, e coloco à
145 disposição a UEMG Diamantina, os nossos alunos que se dedicam
146 a questão ambiental fazer análise justamente da aplicação, se está
147 sendo aplicada a legislação que rege toda (áudio não identificado)
148 recursos hídricos e a legislação federal, lógico, a legislação
149 estadual e o que mais nos poderemos contribuir.” Conselheiro
150 Henrique Moreira de Melo Silva: “Boa tarde a todos e a todas. Eu
151 queria fazer um registro inicial sobre isso que o Alex começou a
152 dizer dos documentos sobre a reunião. Foi publicado no site da
153 SEMAD apenas a pauta e não os documentos que a gente vai
154 analisar aqui nessa reunião. A gente perguntou para SUPRAM, não
155 é?” Não se Identificou: “Para a Isabela.” Conselheiro Henrique
156 Moreira de Melo Silva: “Para a Isabela e foi nos informado que a
157 reunião não é deliberativa. Mas queria deixar registrado que o meu
158 entendimento é que a pauta está prejudicada em função do
159 regimento do COPAM. Peço um instante para ler o artigo 16, aqui
160 no item 3, que é sobre as funções da Secretaria Executiva:
161 ‘Encaminhar a pauta de reunião aos conselheiros titulares e,
162 quando solicitado, aos suplentes, bem como os respectivos
163 pareceres, com antecedência mínima de 10 dias corridos, incluindo
164 os dias da publicação e da reunião, ressalvada a hipótese.’
165 Também já a questão da organização aqui no artigo 20: ‘As
166 reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas por meio

167 eletrônico e as suas pautas e respectivos documentos
168 disponibilizados no sítio oficial do COPAM com antecedência
169 mínima de 10 dias.’, e aqui depois no parágrafo 1º ‘Os documentos
170 a serem apreciados nas reuniões ordinárias e extraordinárias serão
171 disponibilizados no sítio oficial do COPAM com a mesma
172 antecedência a que se refere o *caput* deste artigo, sob pena de não
173 serem considerados como subsídio à deliberação do Conselho.’
174 Bom, se os pareceres não foram publicados e se os documentos
175 não foram publicados, eu entendo que a reunião está toda
176 prejudicada em razão do próprio regimento, porque se não tem
177 parecer e não tem documento para a gente analisar, inclusive,
178 documentos eletrônicos, que podem ser projetados, enfim, qualquer
179 tipo de documento que embase a reunião. Então quero deixar
180 registrado esse prejuízo aí. Peço, inclusive, o cancelamento da
181 reunião nesse sentido regimental.” Wesley Alexandre de Paula, da
182 Supram/JEQ: “Nós já enfrentamos esse questionamento antes, que
183 foi a primeira apresentação que foi feita junto a CMI, que é a
184 Câmara de mineração, com apresentação do cumprimento destas
185 condicionantes para verificar como estavam sendo cumpridas e o
186 entendimento é de que, como ele fez a leitura, seriam
187 disponibilizados pareceres até que volta lá e fala a questão de
188 documentos, mas pareceres aqui não é uma reunião deliberativa,
189 aqui é uma apresentação para fins de dar conhecimento como
190 estão desenvolvendo as ações da empresa para cumprimento das
191 condicionantes, qual que seria a condicionante? A questão da
192 recuperação das áreas de preservação permanente que é a
193 condicionante nº 19 e para verificação das ações que estão sendo
194 realizadas para questão das ações de inclusão de algumas famílias
195 que foram determinadas, até pelo parecer dessa Unidade Regional
196 Colegiada, de quais ações estão sendo desenvolvidas para o
197 cumprimento dessa condicionante com consequente
198 reassentamento dessas famílias. Então por esse fato de não ser
199 deliberativo, de não existir um parecer, uma manifestação por parte
200 do órgão ambiental formal de análise de documento, por isso se
201 entende que não haveria a necessidade de disponibilizar os
202 documentos que seriam apresentados aqui, que era uma obrigação
203 por parte da empresa. Então, nesse sentido que foi a posição
204 institucional de que seria uma reunião que não tem caráter
205 deliberativo não haveria necessidade de colocar, disponibilizar a
206 apresentação pelos Conselheiros. Essa disposição já foi
207 institucionalizada, inclusive na CMI, então estou trazendo aqui. E
208 nesse sentido, o entendimento dessa Diretoria de Controle
209 Processual que não há prejuízo para a continuidade, parar

210 realização dessa reunião, que tem a finalidade de colocar vocês a
211 par de como que estão o encaminhamento das ações. E terá até
212 aqui debate para vocês questionarem a empresa sobre qualquer
213 dúvida que por ventura vocês tenham em relação ao cumprimento
214 dessas condicionantes. Então esse é o posicionamento do órgão e
215 o entendimento que não prejudica a intenção dessa reunião, nem
216 tão pouco é motivo de cancelar ela e marcar uma próxima data para
217 disponibilização de documentos. É o nosso entendimento.”
218 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu quero reiterar aqui
219 o pedido e registrar até como protesto. Porque a reunião mesmo
220 não sendo deliberativa é uma reunião oficial. A gente está aqui
221 convocado por uma pauta e estamos submetidos ao regimento.
222 Então a gente não pode abrir uma exceção ao regimento. Aqui fala
223 textualmente e eu não estava nas reuniões anteriores que parece
224 que teve esse modo de condução, mas eu entendo que isso
225 provoca a nulidade dessa reunião, porque ela é oficial. E o
226 regimento ele é textual no que se refere aos documentos, não só
227 pareceres. Então documentos da SUPRAM e documentos de
228 terceiros, sob pena da gente não considerar. Então pelo regimento
229 do COPAM, a gente não pode considerar qualquer documento que
230 venha a ser projetado aqui se quer. Então eu entendo que está
231 prejudicado pela falta de observação do regimento. E quero deixar
232 registrado que meu protesto opera até de, futuramente, caso seja o
233 entendimento, de anulação dessa reunião. Eu entendo que o
234 regimento, ele é claro e não abre muito espaço para interpretação
235 alternativa. Ele registra documentos da SUPRAM ou de terceiros,
236 qualquer documento que venha a ser apreciado na reunião, uma
237 reunião oficial subordinada aí ao próprio regimento. Isso para mim é
238 entrar no mérito, assim das questões que vão enfrentar, espero que
239 em uma oportunidade que a gente já venha sabendo do que se
240 trata a pauta, não meramente no título ‘condicionantes 1 e 19’, mas
241 na substância mesmo que a gente vai analisar. Por onde está
242 passando isso? A gente está aqui completamente às cegas. A
243 empresa vem falar aqui alguma, a gente não teve a oportunidade, a
244 mínima oportunidade de fazer uma análise disso, uma análise
245 mínima mesmo, ainda que a empresa venha colocar o conteúdo
246 dela aqui, mas pelo menos do que se trata, por onde que se passa,
247 para gente até levantar o contraditório. Enfim, está completamente
248 prejudicado a intenção do próprio entendimento.” Conselheira
249 Soraya de Carvalho Neves: “Eu concordo plenamente com o
250 Ministério Público. E mesmo porque a condicionante tal a tal, a
251 gente chega completamente às cegas. Pelos menos a
252 apresentação que eles vão apresentar agora deveria ter sido

253 enviada antes para a gente poder pelo menos chegar aqui, porque
254 a gente vai ver agora a apresentação, raciocinar sobre a
255 apresentação, argumentar e talvez questionar, tá. Só que isso é
256 uma coisa de imediato, a gente precisaria ter visto isso com
257 antecedência para poder fazer um julgamento prévio, analisar
258 aquilo com calma, raciocinar sobre o que está sendo apresentado
259 com calma. Não imediatamente na reunião que apresenta. Não é
260 deliberativa, mas mesmo da forma que você falou, podem
261 questionar. Se está podendo questionar, ela querendo ou não é
262 deliberativa. Entendeu? Se eu posso falar, se eu tenho voz ativa no
263 Conselho, mesmo que não tenha o termo deliberativo na reunião eu
264 estou deliberando sobre o assunto.” Conselheiro Henrique Moreira
265 de Melo Silva: (Áudio não identificado – fora do microfone).
266 Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Exatamente. Como que eu
267 vou... como que a gente vai ter respaldo diante de toda a sociedade
268 ultimamente se a gente vai infringir o nosso próprio regimento. Esse
269 país hoje em dia precisa seguir as leis. A gente está cansado de
270 gente desrespeitando as nossas leis. A gente mesmo fez um
271 regimento, então eu acho que é incoerente a gente não seguir o
272 regimento. Só para apoiar a fala do Ministério. Muito obrigada.”
273 Wesley Alexandre de Paula, da Supram/JEQ: “Só para reforçar, a
274 interpretação que foi feita sobre o regimento institucional de parecer
275 não é deliberativa. Aí cabe a interpretação. A interpretação
276 institucional foi essa. Aceito os argumentos que foram expostos,
277 mas é posição dessa mesa é dar continuidade dessa reunião, por
278 ventura se houver questionamento seja ele judicial pela nulidade ou
279 alguma recomendação, aí posteriormente a SEMAD irá avaliar
280 novamente essa posição, certo? Eu acho que aqui alguns
281 deslocaram dos seus locais de trabalho, entendo a argumentação,
282 mas é um debate que até para trazer de conhecimento de vocês
283 como é que está as ações. Então, respeito os posicionamentos,
284 mas simplesmente não vai realizar. Eu entendo perfeitamente isso
285 daí, tranquilo. Mas eu estou trazendo um posicionamento
286 institucional, que já foi exposto nesse mesmo questionamento na
287 CMI em Belo Horizonte foi discutido, entendo que você vai fazer a
288 leitura lá, também a Maria Teresa da Fonasc também fez essa
289 leitura, fez essa argumentação, a presidência lá da reunião, com a
290 sua assessoria, e com posicionamento também à época do
291 Subsecretário de Regularização Ambiental foi no sentido que eu
292 estou expondo aqui. Então, assim, posicionamento tem se houve
293 questões futuras se é nula ou não essa reunião e a gente deixar
294 para um momento anterior. Mas, o posicionamento é que ocorra
295 essa reunião.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:

296 “Perfeito. Com respeito aí a condução da presidência quero só
297 reiterar o artigo 20, parágrafo 1º que diz: ‘Os documentos a serem
298 apreciados nas reuniões ordinárias e extraordinárias serão
299 disponibilizados no sítio oficial do COPAM com a mesma
300 antecedência a que se refere o *caput* deste artigo, sob pena de não
301 serem considerados como subsídio à deliberação do Conselho.”
302 Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “(Áudio não identificado),
303 acho que eu estava presente nessa reunião que ficou definido que
304 seriam apresentados posicionamentos destas condicionantes no
305 prazo, que realmente não me recordo, me parece que foi uma
306 reunião que foi no dia 18 lá no ginásio, é isso mesmo? Eu acho que
307 até pelo que o Doutor Henrique leu aqui, em caso de deliberação,
308 pelo que ficou definido lá é que ser apresentasse ao COPAM o
309 ponto que estava de cumprimento dessas condicionantes, né?
310 Então assim, particularmente eu acho que se não cabe aprovar ou
311 reprovar, talvez não faça muito sentido, a gente já se organizou e
312 alguns deslocaram e de repente perder essa reunião, perder essa
313 data se o assunto é apenas a apresentação. Eu estou plenamente
314 de acordo com o Ministério Público e os demais que se
315 posicionaram, se fosse uma condição que a gente tivesse que dar
316 um posicionamento de aprovação ou reprovação, mas a partir
317 momento que é só uma apresentação.” Presidente Eliana Piedade
318 Alves Machado: “Conselheiros, eu entendo também as
319 argumentações e todos os questionamento serão registrados em
320 ata, mas também entendo que esses documentos se houvessem
321 deliberação aí sim esses documentos deveriam ser disponibilizados
322 dentro do tempo regimental aí. Mas não vai haver deliberação, tá?
323 São, na verdade, na 86ª reunião dessa URC que aconteceu em
324 setembro de 2014, quando foi aprovada a LO da Anglo, os
325 senhores deliberaram que o cumprimento das medidas dessas
326 condicionantes deveriam ser apresentadas aqui na URC para que
327 os senhores acompanhem o andamento do cumprimento dessas
328 condicionantes, que é como o Wesley já explicou aí a inclusão da
329 PNF, dos moradores considerados atingidos e que no levantamento
330 realizado pela Diversus e a recuperação de trechos específicos de
331 várias APPs ali na região. Então, no caso da condicionante do PNF,
332 ela teria que ser apresentada duas vezes, semestralmente, e a do
333 PRAD uma vez, anualmente. Então, mas mesmo assim,
334 entendendo aí, dando a mesma interpretação que o Wesley deu do
335 regimento, eu sugiro e peço a SUPRAM que nas próximas reuniões,
336 onde houver apresentação, que se faça o esforço junto ao terceiros,
337 as pessoas externas ao órgão, para disponibilizar esse material,
338 considerando que alguns Conselheiros aqui, realmente não

339 participaram da discussão em 2014 e desconhecem o contexto
340 destas condicionantes e o porquê duas condicionantes estão vindo
341 aqui para que os senhores acompanhem o andamento delas e as
342 demais não, mas é porque a própria URC deliberou isso em
343 setembro de 2014, que essas condicionantes deveriam vir aqui
344 semestralmente ou anualmente para que os senhores tomassem
345 conhecimento. Então, ou seja, a apresentação é para trazer aos
346 senhores esse conhecimento, ao final nós não vamos perguntar se
347 concorda se não concorda, se aprova, se não aprova, não haverá
348 deliberação, é apenas para conhecimento. Por que a reunião oficial
349 foi convocada? Porque a condicionante pede isso, que seja
350 apresentada para os senhores (áudio não identificado). Mas ainda
351 assim eu peço a SUPRAM que nas próximas disponibilize para
352 facilitar o entendimento.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
353 Silva: “Ok. Vou respeitar aqui a condução da mesa, e já perguntar
354 também. Vai ser só a empresa que vai apresentar essa
355 condicionante? Não tem nenhuma ponderação por parte da
356 SUPRAM? E se essas condicionantes serão avaliadas pela
357 SUPRAM futuramente e nesse sentido qual é assim a necessidade
358 de se fazer essa apresentação sem a análise dessa SUPRAM?”
359 Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Bom, não tem. Se
360 houvesse análise da SUPRAM, aí sim os pareceres da SUPRAM
361 teriam que ter sido disponibilizados, então a condicionante apenas,
362 ela diz para ser apresentada. A empresa estar apresentando e
363 análise da SUPRAM será feita ou refeita quando... como é que é?”
364 (Áudio não identificado – fora do microfone). Presidente Eliana
365 Piedade Alves Machado: “Bom, então é isso, tá? Não tem análise
366 do órgão ambiental e a empresa vai apresentar o andamento, mas
367 a SUPRAM está fazendo a análise desse (Áudio não identificado).”
368 Conselheira Silvana Regina Paslauski: “Concordo plenamente com
369 a conotação do Henrique, solicito que mesmo que sejam reuniões
370 ordinárias, extraordinárias e que não tenha deliberações que seja
371 respeitado o regimento imposto a todos nós, e que nós deveríamos
372 ,falando um pouco, aproveitando o gancho que a Soraya falou, nós
373 vamos chegar aqui e só observar, se nós tivéssemos algum
374 questionamento a fazer seria inócuo, não teria nenhuma
375 representação, não poderia ser encaminhado para Câmara de
376 avaliação, poderia? Esse é o meu questionamento. E então
377 estamos aqui hoje, no dia 20 de dezembro para cumprir tabela.
378 Desculpa o termo que eu utilizei futebolístico está aí na moda, mas
379 é isso mesmo.” Conselheira Márcia Elisa Rocha Santos: “Queria só
380 registrar também a concordância do envio da documentação,
381 porque eu mesma sou membro novo e faço parte do CODEMA,

382 então a gente vem sem nenhuma informação, sem nenhum
383 conhecimento e como as condicionantes já foram apresentadas em
384 2014, muitos membros que estão aqui hoje não tem conhecimento
385 de nenhuma das condicionantes. Então só ressaltar essa
386 importância mesmo do conhecimento.” Wesley Alexandre de Paula,
387 da Supram/JEQ: “Como a Eliane disse, de fato nas discussões que
388 precederam essa condicionante da (áudio não identificado), vocês
389 vão ter um histórico dessa questão, na verdade é apresentar
390 mesmo para vocês verificarem como que está o andamento, e de
391 fato, a (áudio não identificado) não seria interpretativa, enfim, mas
392 pode (áudio não identificado), na verdade é isso, o que não impede,
393 como eu disse que vocês façam os seus questionamentos aqui com
394 relação ao cumprimento das condicionantes para a empresa. Isso
395 para mim é o que importa nesse sentido. A intenção foi de que não
396 sendo discutido novas condicionantes, assim, apresentar, ficou bem
397 claro, que não seria (áudio não identificado), mas novas
398 condicionantes nessas discussões e sim mesmo para trazer o
399 conhecimento como estavam essas ações aí para implementação
400 do que consta como obrigação da condicionante.”

401 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Até porque conheci esse
402 processo, realmente o colocado é isso, a empresa teria que
403 apresentar para nós o andamento do processo. E ela está fazendo
404 isso. Hoje nós não temos mais, a partir do momento que o governo
405 mudou toda a legislação, nós não deliberamos mais nada. Vamos
406 discutir, fazer alguns estudos, Caminhos da Serra vai vir aqui
407 apresentar o trabalho que já está realizando lá e tal, mas em termos
408 de processo, nós não temos mais nenhuma influência, a não ser
409 que a gente faça alguns estudos e recomende, através do (áudio
410 não identificado), através de outros documentos ou indo lá e
411 solicitando algumas alterações, então essa é a dificuldade do
412 entendimento. Mas isso não impede que a empresa, não sei se a
413 empresa tem alguma coisa contra remeter esse, porque ela vai
414 fazer isso mais vezes até o final da condicionante, a não ser que ela
415 tenha alguma coisa contra nos remeter isso anteriormente, eu acho
416 que seria essa a minha solicitação.” Conselheiro Henrique Moreira
417 de Melo Silva: “Aqui no texto da condicionante, que elaboraram o
418 Plano de Recuperação de Área Degradadas e apresentar a URC as
419 medidas de cumprimento da condicionante 01 da Licença de
420 Operação. Então a gente só vai meramente escutar a empresa aqui
421 nesse momento sem nenhuma validação, inclusive pela SUPRAM,
422 que a gente faz um controle desses procedimentos, sem nenhum
423 controle ou contraditório com relação a fala da empresa, sem a
424 própria validação das ações que ela vai vir aqui e falar com a gente.

425 A gente vai escutar uma versão dos fatos e não a validação, uma
426 conferência ou algo que o vale. Então assim, é um espaço
427 privilegiado que a empresa está tendo e que vai colocar aqui na sua
428 versão sem nenhum contraditório, sem nenhuma avaliação da
429 pertinência, inclusive do que está sendo colocado feito por quem
430 tem a obrigação de fazer o controle, então eu entendo que até
431 nesse sentido também está equivocado 'Apresentar as medidas de
432 cumprimento da condicionante da Licença de Operação'. Então
433 quem tem que apresentar seria a própria SUPRAM, se a empresa
434 vai apresentar tem que ter uma avaliação para a gente poder... a
435 gente tirar, a gente está escutando somente uma versão né." Não
436 se Identificou: "A condicionantes é para a empresa." Conselheiro
437 Henrique Moreira de Melo Silva: "Pois é, mas não tem que quem
438 faça essa avaliação." Wesley Alexandre de Paula, da Supram/JEQ:
439 "De fato a empresa deverá apresentar não é a SUPRAM. Mas no
440 que se pese isso já foi feita uma análise, hoje a análise ela está a
441 cargo do núcleo NUCAM, Núcleo de Controle Ambiental, que está
442 vinculado a Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental, o
443 cumprimento da condicionantes das Licenças de Operação hoje
444 está vinculado a Fiscalização, hoje quem faz o acompanhamento
445 neste caso é o NUCAM, a Valéria é uma das servidoras do
446 NUCAM, eu vou falar aqui, houve a análise viu, ela me mostrou
447 aqui, houve a análise dessas condicionantes da 01 e da 19, a gente
448 vai esperar a empresa fazer apresentação aqui, e já tem o relatório
449 aqui, posso dar para você qual que foi a análise do *status* de
450 cumprimento pela SUPRAM Jequitinhonha, entendeu? Então hoje a
451 gente está querendo desvincular... Acho que a discussão tem que
452 ser feita, já foi entendimento dessa presidência dar continuidade
453 nessa reunião, então vamos ver, vocês façam os questionamentos
454 e nós vamos levar ao conhecimento de vocês, tá, a análise que foi
455 feita da condicionante 01 e 19 pelo NUCAM, entendeu? E volto
456 mais uma coisa a reafirmar, igual o Alex falou, pela questão da
457 competência hoje em relação ao URC e as Câmaras Temáticas, em
458 relação a esse processo, numa deliberação que foi feita aqui, em
459 relação a esse processo de licenciamento em qualquer unidade, a
460 competência hoje para deliberar sobre esse processo é da Câmara
461 de Mineração, entendeu? Então acho que já decidimos aqui pela
462 continuidade da reunião, vamos aguardar a apresentação da
463 empresa, vocês fazerem o questionamento de vocês que vocês
464 tiverem, e a gente vai dar o posicionamento da técnica sobre o
465 cumprimento destas condicionantes, certo? Entendeu? E não está
466 objeto de pauta. O que eu quero dizer, é só para trazer a
467 conhecimento de vocês, não é objeto desta pauta, certo? Até

468 porque o cumprimento ou o descumprimento de condicionante
469 quem que vai analisar ou não é a Câmara de Atividade de
470 Mineração, na análise do processo de licenciamento. Podemos
471 prosseguir assim? Eu respeito o posicionamento do Henrique, as
472 suas observações, é válido, mas eu acho que já se deliberou aí pelo
473 prosseguimento da reunião e pelas discussões, entendeu?”
474 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Então eu faço o
475 pedido para que então essa reunião se atenha meramente a
476 exibição aqui da empresa, sem qualquer manifestação por parte da
477 SUPRAM, eu peço que a SUPRAM se abstenha, porque isso daí já
478 é uma análise, é a partir de uma análise que já foi feita e que isso
479 teria que ser disponibilizado, já que esse documento não foi
480 disponibilizado, vai ser apresentado, pelo menos que a SUPRAM
481 então se abstenha de fazer qualquer consideração sobre isso e
482 para a gente entender que é só essa versão desse cumprimento.
483 Porque não cabe, realmente para ter o contraditório, nenhuma
484 participação dos Conselheiros que obviamente vai haver aqui, mas
485 se a SUPRAM vir a fazer qualquer consideração, acho que deveria
486 estar no documento que fosse disponibilizado para a gente, mesmo
487 essa apresentação da empresa, isso deveria estar. Não tanto, pelo
488 menos que fique só a versão da empresa sem qualquer
489 manifestação.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Ok.
490 Vamos dar sequência então mantendo o que está na pauta, pela
491 apresentação, item 4, encerramos também, tá gente, vamos
492 encerrar aqui também o item 3 Comunicados dos Conselheiros,
493 respeitando também o prazo regimental. Vamos passar para o item
494 **4. Apresentação do *status* das condicionantes 1 e 19 da**
495 **Licença de Operação nº 123/2014, Processo Administrativo**
496 **COPAM nº 00472/2007/006/2013, pela empresa Anglo American**
497 **Minério de Ferro Brasil S.A. Empresa, por favor.”** Cristiano
498 Brandão, Representante do Empreendedor: “Boa tarde. Cristiano
499 Brandão, Anglo American. A Presidente, aos Conselheiros, as
500 Conselheiras. Nós vamos dar seguimento da forma sugerida por
501 vocês, a apresentação, da nossa parte não existe qualquer
502 problema de disponibilizar o material que vai ser aqui apresentado,
503 não só hoje, mas também nas próximas reuniões que por ventura
504 forem acontecer, e assim como os relatórios de cumprimento das
505 condicionantes que já vem sendo protocolados tempestivamente
506 conforme a própria condicionante nos determina. Então esse
507 material, esses relatórios periódicos de cumprimento das
508 condicionantes já está disponibilizado e protocolado junto ao órgão
509 ambiental. Nós vamos fazer essa apresentação em duas etapas,
510 primeira condicionante 1, relacionada ao processo de

511 reassentamento de algumas famílias, houve o oferecimento de uma
512 Negociação Fundiária que vai ser feita pelo (áudio não identificado),
513 responsável pela área e na sequência por mim, com relação a
514 condicionante 19, que trata da situação dos córregos Passa Sete e
515 Pereira, nos trechos que anteriormente foram impactados.”
516 Wellington, Representante do Empreendedor: “Bom, Wellington
517 (áudio não identificado), eu sou da Gestão Fundiária de aquisição
518 de terras da Anglo. Boa tarde, Presidente. Conselheiros,
519 Conselheiras, boa tarde a todos. Meu intuito é de apresentar a
520 condicionante 01. Então, em atendimento a condicionante 23, eu
521 venho aqui para apresentar o *status* ou a simetria de cumprimento
522 da condicionante 01 da nossa Licença de Operação 123/2014, o
523 texto da condicionante 01 diz que era para incluir no PNF os
524 moradores considerados atingidos pelos Estudo de Adversos. Os
525 Estudos Adversos ele identificou 8 famílias lá residentes, sendo 4
526 delas na comunidade Cachoeira, e 4 no sítio Boa Esperança. Então
527 aí eu trouxe separado para vocês visualizarem, aqui com relação a
528 comunidade Cachoeira, a gente já inclui todos eles no PNF, a
529 negociação já está concluída, perfeitamente finalizada. Com relação
530 ao de Boa Esperança, a gente incluiu já no PNF 2 dos moradores lá
531 que residiram na localidade, os outros 2 a gente considera incluídos
532 no PNF, a gente já apresentou nossas propostas dentro dos
533 parâmetros do Programa de Negociação Fundiária, no entanto eles
534 não aceitaram e nos apresentaram contrapropostas, no caso, com
535 valores muito superiores ao que o Programa de Negociação
536 Fundiária determina. Então a gente notificou eles via cartório, e a
537 gente continua mantendo contato com essas pessoas, e
538 empenhado em fechar essas negociações. Aí é um outro *slide* que
539 a gente trouxe, porque quando foi feito o estudo em campo a gente
540 identificou que (áudio não identificado – fora do microfone)
541 Cachoeira a propriedade era em condomínio, então isso trouxe
542 mais pessoas que a empresa decidiu também incluí-las no
543 Programa de Negociação Fundiária. Então, dentre essas pessoas
544 não residentes, na Cachoeira são 12, que foram identificadas, a
545 gente já concluiu a negociação também com a inclusão no PNF de
546 11 delas, 1 delas aceitou a nossa proposta em 2015, tá, e depois
547 ela voltou a traz contratou um advogado e a gente vem mantendo
548 constantes interações com esse advogado para tentar fechar essa
549 negociação dentro dos parâmetros do PNF. Em relação ao Boa
550 Esperança, lá foi identificado, no trabalho de campo, mais 4
551 núcleos, que são posseiros, então a empresa também ofereceu
552 suas propostas de compras dentro dos critérios definidos dentro do
553 Programa de Negociação Fundiária, alguns destes não residentes

554 recusaram as nossas ofertas e optaram por irem para lá para a
555 localidade e implantar as suas edificações. Então ali o *status* do
556 Boa Esperança em relação aos não residentes a gente conseguiu
557 concluir ou finalizar a inclusão no PNF de 1 família e os outros 6
558 que não aceitaram a oferta PNF foram aqueles que optaram por
559 implantar suas edificações em outras localidades. Então a gente
560 traz na sequência um mapa ali demonstrando exatamente essa
561 situação que eu expus agora ali a situação inicial, onde você
562 consegue identificar que existiam apenas os 4 núcleos residentes
563 dentre os quais 2 a gente já incluiu no PNF, e os outros 2
564 recusaram nossa oferta, e depois a situação atual, excluindo 2.
565 Então aí o próximo mapa a direita, demonstra ali já com a exclusão
566 dos 2 núcleos residentes que a gente já conseguiu fechar
567 negociação, mantendo os outros dois que ainda residem lá, e ali no
568 círculo maior, exatamente onde foram construídas as novas
569 edificações. Eu só gostaria de ressaltar que todas as evidências do
570 cumprimento desta condicionante, como o próprio Cristiano já falou,
571 elas já foram protocolizadas e disponibilizadas ao órgão competente
572 dentro dos prazos estabelecidos, no nosso caso é semestralmente,
573 os relatórios de atendimento a essa condicionante. E gostaria de
574 me colocar à disposição aqui no caso de eventuais dúvidas em
575 relação ao cumprimento dessa condicionante. Obrigado.” Cristiano,
576 Representante do Empreendedor: “Dando sequência a
577 apresentação e passando para a condicionante 19, eu vou ler o
578 texto na íntegra da condicionante e na sequência a gente apresenta
579 também o *status* desse processo. Então ‘Elaborar e executar o
580 Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a recuperação
581 vegetacional das seguintes áreas: Área de Preservação
582 Permanente do Córrego Vargem Grande, a jusante do dique de
583 contenção de finos; Área de Preservação Permanente do Córrego
584 Passa Três’ na região que conhecemos como Passa Sete ‘a jusante
585 da barragem de rejeitos; A Preservação Permanente do afluente,
586 sem denominação, do Córrego Candeia Mansa, entre o barramento
587 realizado para contenção de sólidos da grande voçoroca em
588 recuperação, Córrego Pereira à jusante do dique de finos e Córrego
589 Passa Sete a partir da barragem de rejeitos, até a confluência dos
590 dois Córregos.’ Essa condicionante a gente também apresenta os
591 *status* delas anualmente, esse ano já foi apresentado em uma
592 mesma oportunidade que foi apresentada a condicionante 1, entrou
593 na pauta, a gente apresenta novamente qual é a situação. Bom,
594 desde o início da inclusão desta condicionante nós trabalhamos em
595 duas linhas principais, uma delas é a de contratação de empresa
596 especializada para fazer o diagnóstico e consequente recuperação

597 destas áreas após, obviamente, a aprovação do órgão ambiental
598 com a intervenção que aqui seja proposta e também contato com o
599 moradores para obter as liberações dos acessos a essas
600 propriedades para que a gente possa então acessar os cursos
601 d'água. Esses são os córregos onde o processo que já vem sendo
602 debatido aqui neste Conselho, onde a gente apresentou uma
603 dificuldade grande de dar sequência ao cumprimento da
604 condicionante justamente em função do impedimento por parte de
605 alguns moradores de nos permitir o acesso pelas suas
606 propriedades, para que a gente pudesse acessar o curso d'água, o
607 seu entorno, as suas margens e realizar este diagnóstico. Existe
608 uma sequência lógica para esse diagnóstico, onde a gente para
609 fazer esse processo, primeiro é o diagnóstico de avaliação, nos
610 trechos de interferência, levantamento topobatimétrico para
611 identificar onde estão acumuladas e quanto de sedimentos ainda
612 remanescentes, o estudo hidrológico e hidráulico da área do rio,
613 elaboração dos projetos conceituais básico, a elaboração do projeto
614 executivo, relatórios de outorga e intervenção em Áreas de
615 Preservação Permanente, elaboração do plano técnico de
616 recuperação florestal destas áreas. Então essa empresa foi
617 contratada para fazer esse estudo, um conjunto de proprietários,
618 incluindo, a própria Anglo American também possui algumas terras
619 nessa região, permitiu o acesso dessa empresa, então esse
620 diagnóstico começou a ser executado nestas áreas, porém no
621 momento em que chegou em áreas onde não houve essa liberação,
622 a gente não teve acesso e não conseguimos continuar esse estudo.
623 Isso vem sendo debatido, discutido já algum tempo, isso foi levado
624 também à conhecimento do Ministério Público, onde nós pedimos
625 um apoio ao próprio Ministério Público, para a comarca de
626 Conceição do Mato Dentro, que nos ajudasse a conseguir também
627 essas liberações, o pedido foi feito no início do ano, a gente ainda
628 não teve um retorno dessa possibilidade. Mas também atuamos em
629 outras áreas, até por recomendação do Doutor Felipe, à época, do
630 GT, aqui nessa URC, foi sugerido que nós notificássemos esse
631 proprietários, seja por notificação extrajudiciais, seja pela realização
632 de atas notórias, então isso também foi feito, então aqueles
633 proprietários de terra, que são principalmente aqueles que não
634 moram na região, ou os maiores proprietários de terra da região que
635 não permitiram, essas notificações foram realizadas, em alguns
636 casos elas surtiram efeito, e outros casos não, mais recentemente
637 nós pedimos um apoio a Prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente
638 de Conceição do Mato Dentro, estamos tendo apoio da própria
639 Secretaria em tentar sensibilizar os proprietários de terra que ainda

640 não nos autorizaram acessar essas áreas que o fizesse, então a
641 gente conseguiu mais liberação e vamos continuar nesse esforço
642 para tentar obter esse conjunto de autorizações. Não faz sentido a
643 gente iniciar uma intervenção ou fechar um projeto sem conhecer
644 toda a situação do rio, então não posso fazer uma intervenção em
645 montante sem poder acessar a jusante, não faz sentido eu fazer
646 uma intervenção em jusante, sendo que posteriormente eu
647 precisaria, se for o caso fazer uma intervenção a montante, então
648 eu perderia o trabalho que estaria na parte de baixo do rio. Então,
649 assim, é necessário esse conjunto de autorizações para que a
650 gente tenha melhor acesso, primeiro para fazer o estudo e na
651 sequência entrar com os programas de recuperação nos trechos
652 que fizessem sentido, antes de entrar com algum tipo de
653 intervenção. Mais recentemente, por não haver outra alternativa e a
654 gente entender que essa é uma obrigação da empresa, claro que é,
655 nós judicializamos o processo para aquelas áreas que ainda não
656 tivemos a liberação. Então o processo judicial também por
657 Conceição do Mato Dentro de nº 0019062-71.2017.8.13.0175.
658 Independentemente de nos termos judicializado esse processo, o
659 esforço no sentido de tentar sensibilizar aqueles proprietários de
660 terra que ainda não nos autorizaram, não nos facultaram esse
661 acesso continuam, então nós continuamos em campo tentando
662 conversar com essas pessoas e pedir as autorizações e sendo feito,
663 obviamente, a gente retira essa parte do processo judicial, não é
664 interesse nenhum da empresa em continuar com qualquer processo
665 ou ter que judicializar qualquer situação, especialmente com os
666 moradores que estão próximos ao empreendimento. Dando
667 sequência, em verde são os trechos que onde nos obtivemos as
668 autorizações e vermelho os trechos aonde ainda existe um
669 impedimento para que a gente possa acessar e fazer um
670 diagnóstico e, conseqüentemente, as ações de recuperação do
671 curso d'água. E aqui é uma imagem, ali tem na parte de cima do
672 mapa a barragem de rejeitos, embaixo um dique de contenção, e aí
673 só para ter uma ideia dos trechos onde já existem as áreas
674 liberadas e as áreas aonde nós ainda não temos acesso, também
675 em verde e vermelho. São basicamente três ou quatro maiores
676 propriedades de terra, que se liberaram a gente teria condição de
677 entrar e executar esse serviço. São as maiores porções de terra,
678 então com três ou quatro proprietários a gente teria acesso, talvez
679 em 90 ou noventa e poucos por cento dos trechos onde a gente
680 precisaria ter o acesso para entrar com o processo de recuperação.
681 Estamos na luta aí, caso caiba algum tipo de debate por parte do
682 Conselho para responder qualquer questionamento. Muito

683 obrigado.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
684 “Conselheiros, alguma pergunta? Algum questionamento?”
685 Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Peço que me
686 desculpem, porque eu cheguei atrasado, então eu conversei com o
687 Doutor Wesley lá. E nós estamos fazendo o que aqui? Essa é a
688 primeira coisa, o que quê nós estamos fazendo aqui? Porque
689 primeiro nós não temos mais competência de julgamento, então não
690 tem deliberação nenhuma. Segundo eu não entendo por que a
691 Câmara Minerária não assumiu plenamente a sua
692 responsabilidade? Então, eu estou achando que era uma
693 incongruência que a gente faz na legislação. Eu não entendo isso.
694 Terceiro, a gente não recebeu a documentação para nos embasar
695 em qualquer avaliação que se tivesse que fazer, nós recebemos
696 uma pauta sem ter o fundamento para a gente examinar o que seria
697 feito. Chegar em uma reunião e examinasse... apresentada é muito
698 difícil, complicado, eu rodei 150 km com uma série de coisas para
699 poder chegar aqui, e para analisar o que? E além do que a gente
700 tem aqui também uma dificuldade agora até de jurisdição, porque
701 os nossos meios para poder fazer a verificação destes processos
702 dependeriam da estrutura da própria Unidade Colegiada que
703 também já não está agindo dentro dessa competência. Então não
704 temos os nosso técnicos, não temos atuação do Ministério Público e
705 inclusive na reunião que nós analisamos isso, houve uma
706 manifestação do representante do Ministério Público que até nos
707 causa um certo espanto, porque a gente está falando de curso
708 d’água que é bem tutelado, é bem da União, quando a gente fala de
709 tratar de coisa, tratando com superficiário, com proprietário de terra
710 sobre bem tutelado, eu estou achando que está muito estendido
711 essa história, sabe? Eu acho que o Ministério Público, já tinha
712 conversado com ele, e ele tinha dito que ia intermediar, eu acho que
713 isso está em ata da reunião anterior, ele disse que era para
714 procurá-lo, salvo engano, eu acho que o representante aqui do
715 Ministério Público pode nos esclarecer, que tinha sido dito Doutor...
716 como que é o nome dele? Luiz Gustavo, não é? Até falei com ele
717 depois da reunião, gente, é bem tutelado, o curso d’água não é
718 propriedade de ninguém não, o acesso a propriedade para cuidar
719 do bem tutelado tem a punição do poder federativo de reivindicar
720 até por mandado de segurança, prejuízo para o direito difuso, um
721 direito coletivo, acho que isso aí não sei se existe, no meu
722 entendimento pelo menos que eu tenho discutido com as pessoas
723 que tem especialidade em Direito Ambiental é bem tutelado, e tem
724 precedência sobre qualquer direito e até pelo (áudio não
725 identificado), isso em um momento você consegue... porque a

726 demora acarreta só o aumento do impacto, como a gente fala muito,
727 cumulativo e sinérgico e está só piorando, e isso, eu acho meio
728 assim, absurdo, assim, ficar discutindo aqui perdendo tempo com
729 coisas são de fácil solução, então realmente a pergunta que eu
730 tenho aqui, que poderia envolver outras, mas que a gente agora
731 não vai poder tratar delas, que não é mais da nossa competência,
732 viemos aqui para fazer nada. Nós viemos aqui para legitimar o que?
733 O Estado está com problema, porque aí a gente poderia entrando
734 em outras temáticas, essa legislação toda bagunçada, essa
735 confusão toda que aí já é uma discussão para buscar,
736 principalmente, dentro do que a gente tem discutido entre as ONGs,
737 nas operações das deliberações como que as coisas vão variando,
738 variando, a gente não está vendo uma lógica na política ambiental,
739 a gente está vendo que está tudo... quer dizer, a competência
740 deveria ser regional, foi uma lógica inteligente, agora reverteu a
741 lógica toda. Mandamos para uma Câmara Minerário que diz que é
742 para melhorar a capacidade de análise, só 854 municípios, no
743 Estado mais numeroso brasileiro, e agora aqui continua sendo
744 precária, as coisas... Não estou entendendo que nós estamos
745 fazendo. Então a nossa responsabilidade que votou um processo
746 longo, várias licenças, e agora a gente tem que assistir o filho órfão,
747 abandonado, sem poder tratar dele. E eu acho que compromete, e
748 é o entendimento que eu tenho por ter passado por todos
749 Conselheiros de Câmara, que isso daqui virou uma bagunça que a
750 gente não pode cuidar mais dela. É um prejuízo para todos, e aí
751 não estou me restringindo a dizer que o prejuízo é só para delegar
752 'Ele é culpado.' Não. Acho que a Anglo tem a sua responsabilidade,
753 tem seu prejuízo, eu acho que está difícil até de resolver isso,
754 porque a gente não consegue mais atribuir a quem de direito é a
755 responsabilidade dos atos, tanto de cuidar quanto de dar também o
756 crédito para aquilo. É muito difícil. Então a observação que eu vou
757 fazer aqui é como Conselheiro, e eu tenho alegado muito isso,
758 Conselheiro não é uma mera peça decorativa, a gente está tendo
759 essa ideia, eu acho que em muitos Conselhos isso ocorre, aquela
760 pessoa senta lá só para obedecer o que manda o chefe e legitimar
761 ações que são do interesse, às vezes, dos que dominam o
762 processo. Então, mas eu não me sinto assim, não foi para isso que
763 eu entrei aqui, conheço muitos colegas que entraram aqui porque
764 realmente acreditam que existe um processo participativo
765 acontecendo no nosso país. E a gente está sentindo realmente o
766 que eu tenho para dizer aqui é a gente poderia trabalhar mais
767 seriamente no sentido de tentar construir política pública e decisões
768 que sejam no sentido de que a gente possa contribuir, então eu não

769 estou vendo na realidade isso.” Conselheira Soraya de Carvalho
770 Neves: “Eu só vou completar a fala, concordo plenamente com o
771 colega (áudio não identificado). E nesse sentido a condicionante 23
772 deles que obriga eles a apresentarem as ações para este Conselho
773 perdeu totalmente o sentido, no momento em que a legislação
774 mudou e que como o colega mesmo falou, nós somos apenas
775 figurativos, nós não podemos opinar, nós não podemos julgar, nós
776 perdemos a nossa participação na questão a partir do momento que
777 a legislação mudou, se a gente não pode deliberar, se a gente não
778 tem mais voz ativa no processo, que a gente vem acompanhando
779 há 10 anos, não é? E que a Câmara é que agora toma estas
780 decisões. A empresa tem que apresentar isso para a Câmara e
781 quem tem que resolver isso se está cumprindo ou não cumpriu, se
782 está cumprindo ou não a condicionante é a Câmara, não é a gente.
783 Nós estamos sendo figurativos exatamente como o colega falou. Só
784 porque fica sem sentido, eu até poderia comentar as
785 condicionantes, o cumprimento, se está, saber, eu tenho
786 curiosidade de saber se eles conseguiram tirar um que estava na
787 última reunião até hoje, mas isso não vai fazer diferença, entendeu?
788 Nossa discussão que antigamente era produtiva que trazia
789 benefícios para a sociedade, no momento ficou sem sentido
790 nenhum. Então, muito obrigada.” Presidente Eliana Piedade Alves
791 Machado: “Conselheiros, eu entendo realmente é uma situação,
792 quase que desagradável, mas é porque mudou a realidade. Na
793 verdade, quando a condicionante foi feita, ela foi feita para essa
794 URC. Mas a empresa já entrou, me parece com a revisão desta
795 condicionante, mas como ela foi ainda analisada e pautada, tem
796 que ser cumprida e para ser cumprida então, ela voltou aqui para
797 essa URC para apresentação. Agora gostaria só de orientar,
798 pegando um pouquinho do histórico dessa URC é que,
799 principalmente, o Conselheiro Alex aqui, ele sempre, ao longo da
800 trajetória dele nessa URC, ele sempre cobrou muito a discussão do
801 Conselho de problema regionais, busca de alternativas e soluções
802 para os problemas regionais. E aí acabava que as pautas, elas
803 eram absorvidas por processos, por empreendimentos com
804 discussões longas e nunca se tinha tempo ou espaço para isso, de
805 repente agora, a URC abre esse espaço para URC, abra-se essa
806 oportunidade para que a URC possa trazer para cá ações, projetos
807 de relevância regional que possa ser discutidos, melhorados,
808 ampliados e executados aqui na região com ajuda do Conselho, das
809 entidades representadas aqui no Conselho, e essa da expedição do
810 Paraúna mesmo que já tem aí o caminho andado. A URC está
811 aberta para isso, então de repente é começar a fazer agora esse

812 tipo de exercício que não foi possível fazer ao longo dessa trajetória
813 desse Conselho. Então fica aí uma sugestão de quem sabe quando
814 o Alex for pautar isso, discutir melhor, discutir com a SUPRAM,
815 fazer reuniões com grupos representantes aqui previamente para
816 trazer uma proposta mais sólida para que a URC possa deliberar,
817 entendeu? E até quem sabe fortalecer essas parcerias institucionais
818 que a gente sempre discute aí o grande problema que nós temos de
819 pulverização de ações com resultados ineficientes porque cada um
820 fazendo um pouco, então de repente junta mais, mais esforços,
821 mais instituições atuando em determinado problema, um que seja,
822 mas quem sabe a gente consegue com essa atuação coletiva
823 conseguir um resultado melhor e quem sabe até ser um exemplo
824 para as outras URCs, já que agora tem tempo, quantas reuniões
825 foram realizadas esse ano depois da mudança? Então acho que
826 agora espaço e tempo para isso tem e talvez com participação até
827 maior dos senhores do que do órgão ambiental nessas possíveis
828 articulações futuras. Fica aí a minha sugestão.” Conselheiro
829 Henrique Moreira de Melo Silva: “Quero discordar dos meus
830 colegas no sentido de que a gente não está fazendo... não tenho
831 essa percepção desse papel figurativo não. Acho que a condução,
832 que a mesa deu para a reunião, ela veio também prejudicando as
833 nossas possibilidades de papel, porque a gente não vai deliberar se
834 a condicionante está cumprida ou não, mas a gente poderia aqui
835 fazer uma análise, fazer uma avaliação e elaborar, por exemplo,
836 alguma moção de apoio, que seja de repúdio, enfim, alguma
837 manifestação, inclusive para a Câmara técnica. Então eu acho que
838 a gente tem que tomar cuidado para não esvaziar mais o papel do
839 Conselho. Acho que a gente, registrar aqui novamente, nesse
840 entendimento que a condução que a mesa deu prejudicou o nosso
841 papel aqui, no sentido que a gente poderia qualificar bem mais o
842 debate, trazer o contraditório, elaborar sugestões para a empresa
843 não retroativas, mas produto do nosso debate aqui que certamente
844 seria qualificado, alguns conselheiros que são de Conceição, enfim,
845 outros contatos que a gente poderia buscar em Conceição na área
846 atingida para poder fazer uma verificação, tem o grupo de trabalho,
847 tem análise que a SUPRAM faz, então essa forma de apresentação,
848 e essa condução meramente para cumprir uma tabela é que nos
849 prejudica. Então, eu acho que foi, mesmo respeitando, acho que foi
850 equivocada essa condução, porque nos impediu, nos cerceou às
851 outras possibilidades. Então se estes documentos estivessem sido
852 disponibilizados previamente, a gente poderia lançar mão de
853 algumas possibilidades de avaliação, de conferência, enfim, de
854 diálogo com os atingidos, enfim, diversas formas aí para a gente se

855 manifestar e a gente poderia sugerir, enfim, ter alguns outros
856 caminhos que foram prejudicados. Então só resta registrar esse
857 lamento e, enfim, que nos prejudicou, enfim, futuramente nas outras
858 que a gente possa ter o nosso papel, que não se resume a deliberar
859 sim ou não, mas fazer uma avaliação pertinente e nos manifestar de
860 outras formas, pelas moções, enfim, recomendações,
861 manifestações que o Conselho poderia fazer e que infelizmente foi
862 cerceado.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Eu queria colocar o
863 seguinte. Vou aproveitar e fazer as minhas considerações sim,
864 porque uma das considerações, talvez vocês vão estranhar, mas é
865 até a favor da empresa, porque eu acompanhei esse processo, a
866 gente teve lá e é a favor do meio ambiente, tá, porque quando da
867 deliberação de recuperação da área de uma coisa que aconteceu
868 há nem sei quantos anos, talvez sete anos já, e que independente
869 das outras questões que a gente estava discutindo, foram várias
870 visitas, eu participei, criamos grupo de trabalho para discussão com
871 todo tipo de grupo de representantes, diretamente com os próprios
872 proprietários, mas por vontade própria deles de grupo e de
873 interesses, que eu não vou discutir aqui, eles deliberaram que não
874 vão deixar a empresa entrar para fazer nenhum estudo, então isso
875 realmente, a gente percebeu, eu estive nas reuniões, eu escutei
876 isso dele diretamente em uma reunião que a gente teve lá até no
877 final do... já à noite, então a deliberação sempre foi essa mesmo de
878 não permitir entrar. Então, por isso na época foi discutido até essa
879 possibilidade das entradas com os processos, porque na verdade é
880 uma perda, independente das outras questões, dos direitos e das
881 vontades, a questão ambiental está sendo muito prejudicada desde
882 então. Eu não queria abrir mão, eu acho que esse Conselho quando
883 teve essa modificação, eu fiquei muito chateado, deu vontade de
884 não participar, o pessoal perguntou se a gente ia participar, falei
885 que não, e até foram as ONGs, um grupo de ONGs que solicitou
886 que participasse, e eles que nunca participaram até uma coisa
887 muito engraçada, porque o COPAM é atuante, eles não
888 participavam porque eles não queriam estar aqui por causa de
889 várias questões e na época que a coisa mudou e a gente não tinha
890 nenhuma opinião, mas quase que solicitada. Mas não me arrependi
891 de ter continuado não, porque eu acho que a gente pode, que nem
892 a Eliane falou, a gente pode continuar, e a gente precisa saber que
893 o momento é de semear, não é de colher nada, nós estamos em um
894 período aí de semeadura, e semeadura em solo infértil, então, mas
895 eu acho que a gente pode, e eu queria saber que mecanismos nós
896 temos para acompanhar, porque eu como Conselheiro gostaria de
897 acompanhar o que está acontecendo lá em Conceição, eu acho que

898 é uma perda, com certeza outros governos vão vir, as leis mudam e
899 a coisa muda, então eu queria saber e eu acho que esse Conselho,
900 ele não deve se calar, entendeu? Acho que ele deve fazer visita,
901 verificar, porque é nossa região, acho que a nossa região, e a gente
902 não pode abrir mão facilmente assim, a gente pode protestar,
903 mandar moção igual a gente mandou, eles falaram que não tem
904 nada a ver, mas a gente pode tentar uma resistência nesse sentido.
905 E também buscar, eu acho que nós temos muitos problemas, nós
906 temos problemas sérios aqui que a gente pode realmente aproveitar
907 e a Caminhos da Serra vai tentar fazer isso de trazer esses temas,
908 esses problemas que a gente está enfrentando para tentar
909 descobrir com os parceiros aqui, no mínimo aproveitar a presença
910 dos parceiros, para tentar junto a gente buscar soluções. Mas
911 enfim, é isso, acho que a gente, por mais decepcionante que seja,
912 por mais que às vezes a gente sinta que vai perder tempo aqui, eu
913 acho que não adianta a gente mais chorar por isso, eu mesmo já
914 chorei muito, não quero ficar solicitando a supramzinha aqui (áudio
915 não identificado), mas eu quero realmente verificar essas
916 possibilidades, inclusive foi proposto na primeira reunião, não sei
917 se, para quem não estava aqui, a discussão das questões
918 cumulativas e sinérgicas, eu achei ótimo da parte do Ângelo, que
919 ele vai propor trazer esse debate para cá, então a gente poder
920 discutir essas questões e propor ao governo mudança, pressionar
921 para essas questões. Nós estamos vendo, a gente teve aqui em
922 Diamantina uma reunião promovida pela Secretaria de Meio
923 Ambiente uma reunião com as empresas exploradoras de pedras
924 ornamentais e a grande preocupação nossa é essa, nós estamos
925 com uma APA lá que está liberando... liberando processo e a gente
926 já está com 7, 8 empreendedores dentro da área e não é analisado
927 esse impacto, né. Era uma área de refúgio, uma área especial
928 vegetacional e de refúgio de animais, e que esse problema está
929 ocorrendo. Então é isso aí, acho que a gente deve buscar uma nova
930 forma de atuação, até para a gente não chegar aqui com esse
931 sentimento de perda.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
932 “Carlos Eduardo.” Conselheiro Carlos Eduardo Teixeira Nery: “Só
933 para um alinhamento aqui, que fez uma colocação, eu acho que
934 quando eu coloquei a pergunta ‘O que estamos fazendo aqui?’, ela
935 não foi uma afirmação, ela foi uma pergunta exatamente para a
936 gente ter essa reflexão enquanto Conselho, que eu acho que tem
937 pleno poderes, deveria ter porque é a nossa contribuição dentro da
938 Constituição, dentro do que determina a Constituição, nós estamos
939 em um processo de república participativa e a representação direta
940 da sociedade ela tem força, com certeza tem força, agora ela tem

941 força na medida que se posiciona nesse sentido, essa forma,
942 vamos dizer assim, se a gente está disposto a fazer isso? Porque a
943 Eliane está retornando, a gente teve já algumas reuniões, que
944 foram feitas várias deliberações, o Alex citou que a gente... colocou
945 o seguinte: nós podemos construir política pública, nós podemos
946 interferir sim, nós podemos inclusive interferir no processo da
947 Câmara Minerária, nós temos força de resolução sim, temos força
948 de deliberação sim, pode ser que a legislação mudou, mas não
949 mudou a nossa competência de cuidar do meio ambiente, de
950 construir políticas, nós somos um órgão colegiado que está aqui
951 para isso, podemos sim agir, mas para a gente fazer isso, a gente
952 tem que fazer, falar e fazer. Essa que é a questão que eu falo. Essa
953 que é a questão. A forma de dizer assim 'Ah nós podemos discutir o
954 que está sendo falado aqui?' Podemos sim. 'Mas o Conselho está
955 determinado a fazer isso? Ele vai fazer?' A gente pode inclusive
956 sentar aqui e falar 'Não, não concordamos. Achamos que está
957 descumprida.', e a Câmara Minerária que assuma a
958 responsabilidade de ter que definir isso contra a nossa deliberação.
959 Nós podemos deliberar sim. Analisar e falar 'Olha, entendemos que
960 não está cumprida.', porque a Câmara Minerária inclusive fez isso
961 por isso, por que a Câmara Minerária não está assumindo? Não
962 está assumindo porque ela não quer assumir a responsabilidade de
963 uma coisa que ela não deliberou, que foi feito dentro de uma outra
964 instância que existe realmente uma quebra de sequência que
965 compromete a análise, como foi colocado, nós estamos há 10 anos
966 examinando essa questão, então se precisar de analisar o que está
967 acontecendo aqui, eu digo, eu tenho conhecimento para analisar
968 isso, posso até não ter todo conhecimento, mas que venho
969 acompanhando, estamos acompanhando esse processo há muito
970 tempo, tem inclusive vários fatos, várias circunstâncias que foram
971 examinadas por esse Conselho que estão sendo examinadas hoje
972 em Conceição. Quer dizer, esse problema ele começou não foi no
973 COPAM, ele começou no CODEMA quando... anterior inclusive a
974 realização do impacto, porque nós tínhamos feito o alinhamento
975 com o representante da empresa no sentido que no processo de
976 liberação para poder fazer a ampliação do dique, a gente tinha dito
977 'Olha medidas mitigadora, medidas de prevenção devem ser
978 tomadas' e nos assustou muito, porque falou, olha, inclusive em
979 uma reunião que fizemos no CODEMA, porque quando aconteceu o
980 impacto, a gente falou 'Nós tínhamos avisado. E agora como é que
981 vai ficar?', 'Não, inicialmente foi tratado de uma forma (áudio não
982 identificado) circunstância cabível e intervenções quando há
983 movimentações de terra isso pode acontecer.' 'Sim, pode

984 acontecer, como você pode prever também e tem medidas de
985 prevenção de mitigação que podem ser feitas e podem minimizar ao
986 mínimo'. E não foi feita, e depois faz autuação, e aí autuação é um
987 valor que de repente até compensa, se eu estou com pressa eu
988 prefiro pagar do que fazer, agora o dano, aí vai corrigir o dano?
989 Não. Aí 20 anos, porque aí tem todas as condições que isso não
990 ocorra, entendeu? Então aí que é o exame. Então cabe a nós fazer
991 política pública? Cabe sim. Vamos examinar o que está
992 acontecendo aqui para saber, como que se evita isso? É sempre
993 inevitável que vai acontecer isso? Toda vez vai haver esse
994 imbróglio? Então nós podemos decidir, agora para decidir isso, para
995 fazer isso tem que assumir a responsabilidade. 'Ah então nós
996 vamos aqui construir políticas?' 'Vamos.' E foi conversado isso há
997 anos, a gente fala, não é só legitimar, é só chegar pedir para votar.
998 Nós fazemos política, nós podemos fazer deliberações, as
999 deliberações normativas saem dos Conselhos. O Conselho COPAM
1000 que faz (áudio não identificado). Quem faz DN é Conselho, não é
1001 Estado que faz não. Não é ele que determina qual a DN vai ser boa
1002 ou a DN ruim não. É o Conselho. Anteontem nós fizemos uma
1003 reunião 'Ah não adianta não, porque se o governante decidir, ele foi
1004 eleito faz que interessa para ele.', eu falei 'Não. Acho que vocês
1005 estão desatualizados da Constituição brasileira. A chamada
1006 Constituição Cidadã ela fala de gestão participativa, os Conselhos
1007 são deliberativos, eles têm forma de lei, norma.' Pode fazer sim.
1008 Então nós vamos fazer? É isso que eu estou perguntando,
1009 entende? Aí eu respondo para o Henrique, nós vamos agora
1010 decidir? Nós vamos então examinar isso aqui? Ou nós vamos falar,
1011 então não temos elemento para examinar e requerer uma outra
1012 reunião? É o Conselho que tem que decidir. Ele tem que fazer valer
1013 a competência que foi acordada, isso que eu quero saber. Qual que
1014 vai ser a nossa deliberação sobre como é que nós vamos conduzir
1015 a nossa política? Sobre a orientação das nossas reuniões? Porque
1016 tem coisa de mais, está falando que tem concessão, tem muita
1017 coisa mesmo. Muita coisa. O resultado de decisões que nós
1018 tomamos aqui dentro. Desde a LP, LI fase 1, LI fase 2, LO,
1019 otimização, agora continuidade da operação, tudo isso está sendo
1020 discutido. Agora o Conselho vai discutir isso? Qual vai ser a ação
1021 para discutir isso? Quais serão as iniciativas palpáveis para que
1022 isso seja resolvido? Essa que é a minha pergunta. Porque eu da
1023 minha parte estou pronto, eu sou Concepcionense, apesar de não
1024 ter nascido lá, eu sou Concepcionense, e realmente estou muito
1025 preocupado com a situação de Conceição. Muito preocupado,
1026 entendeu? Principalmente pelo imbróglio, não é pela ação dos

1027 agentes isoladamente não, mas e que é o (áudio não identificado)
1028 muitas vezes aqui dentro, na reunião que a gente fez no CODEMA
1029 agora para liberar uma declaração de responsabilidade, eu falei
1030 muito claramente ‘Olha, várias vezes eu já fiz moções pelo COPAM,
1031 várias vezes já pedi para que fosse gravado o que estava sendo
1032 pedido.’, no sentido que haja uma Câmara, um grupo, para
1033 examinar as coisas que são decididas aqui dentro e que depois
1034 ninguém acompanhou. Acompanha, mas acompanha tendo uma
1035 visão, vamos dizer, fragmentada, eu quero que fosse feita uma
1036 análise, como o Alex falou, a gente tem pedido para o Ângelo, para
1037 o superintendente, temos que examinar os impactos cumulativos e
1038 sinérgicos que estão acontecendo na cidade. Porque a cidade tem
1039 muitos problemas e eu não sei se o chamado ‘ganho’ que vai ser
1040 dado vai conseguir pagar os passivos que estão sendo acumulados.
1041 O histórico que a gente tem de muitas cidades mineradoras é que
1042 os passivos acumulados, depois do encerramento do processo de
1043 exploração econômica, eles às vezes ficam mais caros, isso para a
1044 sociedade, em termos de contexto histórico-cultural, porque o
1045 chamado ‘ganho’ que é feito durante o período de operação. A
1046 própria Conceição é herdeira de um período de um ciclo minerário,
1047 que foi o ciclo do ouro da era colonial que deixou muito mais
1048 passivo do que patrimônio. Sobrou umas ingrejinhas velhas caindo
1049 aos pedaços lá, que agora estão precisando ser concertada e que
1050 não é patrimônio cultural para a sociedade, para a cultura, para o
1051 processo de bem-estar social da sociedade pouca coisa foi feita. E
1052 eu sempre brinco, o tesouro da Inglaterra, o banco de Londres, está
1053 cheio de ouro de Conceição, lastreando a Libra Esterlina, que é a
1054 moeda mais cara do mundo, quem lastreou é ouro de Conceição,
1055 dentre outros, Ouro Preto, do Brasil, das Américas que estão lá
1056 dentro. Então, agora isso o que quê significa em termos de
1057 progresso civilizatório? O que que isso representou para a nossa
1058 sociedade? Nós estamos decidindo isso. Eu votei favorável a
1059 empresa, eu votei pelo empreendimento, eu sou favorável ao
1060 empreendimento, quando conduzido de uma forma correta, agora
1061 sou contra a coisa que é feita de uma forma irregular, de uma forma
1062 que não é considerada corretamente os passivos são transferidos.
1063 Então o que eu entendo que é atribuição deste Conselho no exame
1064 de políticas e de condução de diretrizes governamentais, que ele
1065 examine realmente com cuidado as coisas, principalmente as que
1066 tem porte gigantesco, que tem ações catastróficas, que isso seja
1067 feito de uma forma realmente consciente e com o detalhamento
1068 necessário.” Presidente Eliana Piedade Alves Machado: “Mais
1069 alguém. Bom, Conselheiros, então acho que nós podemos encerrar

1070 a reunião. Mas... ãh?” (Áudio não identificado – fora do microfone).
1071 Conselheiro Alex Mendes Santos: “Queria falar a respeito daquela
1072 questão que eu coloquei como (áudio não identificado). Pode ser,
1073 vocês gostariam de falar?” Presidente Eliana Piedade Alves
1074 Machado: “Vocês têm a informação?” Cristiano Brandão,
1075 Representante do Empreendedor: “Com relação ao comentário que
1076 o Conselheiro Alex fez no início da reunião sobre a criação de
1077 Unidade de Conservação próximo a região, nós temos um trabalho
1078 de criação de Unidade de Conservação do tipo compensação são
1079 12 mil hectares de unidade. E uma delas é próxima a Congonhas
1080 do Norte, foi colocado pelo senhor Conselheiro. Estamos à
1081 disposição para apresentar uma área chamada de Bocaina, são 3
1082 mil hectares, também podemos apresentar para o senhor e para o
1083 Conselho também, se forem do interesse de vocês, para conhecer o
1084 que está previsto o que quê nós estamos fazendo dentro de uma
1085 lógica aí de criação de mosaico, de corredores que vai de Minas até
1086 o Rio de Janeiro. Então só para nos colocar à disposição caso os
1087 senhores tenham interesse em conhecer um pouco mais sobre esse
1088 trabalho, e que óbvio que nós temos interesse em parcerias locais e
1089 regionais para esse tipo de trabalho.” Presidente Eliana Piedade
1090 Alves Machado: “Ok. O Wesley está sugerindo aqui, de repente
1091 pode ser um ponto de pauta aí para a próxima reunião.”
1092 Conselheiro Alex Mendes Santos: A próxima é... Presidente Eliana
1093 Piedade Alves Machado: “É a Expedição no Paraúna.” Conselheiro
1094 Alex Mendes Santos: “Que vai focar isso daí também.” **5)**
1095 **ENCERRAMENTO.** Presidente Eliana Piedade Alves Machado:
1096 “Sim. Conselheiros, então acho que fica, gostaria de que a
1097 sensação ao final dessa reunião que vocês levassem para casa,
1098 fosse essa do para casa, para se pensar uma nova forma, trazer e
1099 discutir aqui um nova forma de equação da URC dentro do que é
1100 competência dela agora, com certeza conhecendo as entidades
1101 atuantes aqui na região, eu tenho certeza que vocês poderão
1102 apresentar grandes resultados. Então mais que a sensação de que
1103 a reunião foi inócua, eu acho que valeu como uma grande
1104 oportunidade para colocar essa provocação no sentido de começar
1105 a discutir mesmo o outro papel da URC, que por falta de
1106 oportunidade, até então, não foi exercido pelos senhores. Então
1107 declaro encerrada a reunião, desejando a todos aí Feliz Natal, um
1108 ano novo muito bom, quem está entrando de férias, bom descanso,
1109 e que 2018 seja um ano de coisas novas e ações novas e grandes
1110 projetos para essa Unidade Regional Colegiada. Obrigada a todos.”

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco